

Winston Churchill

Churchill e a Europa

O próprio Churchill afirmou que não era ele que mudava, mas sim o contexto nacional ou internacional. E só os loucos não se adaptavam a circunstâncias diferentes.

TRADUÇÃO **Leonor Barroso**

O nosso tema de hoje, “Churchill e a Europa”, ganhou novamente destaque com os debates que surgiram – ou ressurgiram – na campanha que antecedeu o referendo do *Brexit* na Primavera do passado ano no Reino Unido. Como se sabe, os dois lados tentaram puxar Churchill para si, como numa espécie de jogo da corda. É possível defender-se que Churchill é como a Bíblia: na sua longa lista de declarações sobre vários assuntos, podem encontrar-se argumentos a favor e contra o mesmo ponto. O próprio Churchill afirmou que não era ele que mudava, mas sim o contexto nacional ou internacional. E só os loucos não se adaptavam a circunstâncias diferentes.

O paradoxo aqui é que, como veremos, nas décadas de 1950 e 1960, a sua mudança gradual culminou num afastamento da Grã-Bretanha em relação à Integração Europeia, numa altura em que, de facto, a reduzida posição mundial do país tornava cada vez sensato juntar-se ao Movimento Europeu. Mas, como o voto no *Brexit* demonstrou, os ditames da razão são frequentemente submetidos a sentimentos do coração neste tema. Segundo afirmou Jock Colville, seu fiel ajudante e amigo, em 1981, “havia uma contradição na visão de Churchill de unidade europeia.”¹



POR
**Antoine
Capet**

Professeur Émérite
de Civilisation
Britannique à l'Institut
d'Études Anglophones,
Université de Rouen,
Normandie, France.

E, no entanto, tudo começou muito bem, de facto, logo em 1930, quando Churchill, que estava sempre a precisar de dinheiro, escreveu um artigo notável intitulado “Porque não ‘Os Estados Unidos da Europa?’” para o semanário americano *Saturday Evening Post*, publicado a 15 de Fevereiro de 1930. O próprio título era, evidentemente, uma provocação deliberada. A expressão não era nova: tinha sido usada no século XIX, mas ninguém esperava que Churchill, o defensor do Império Britânico, apoiasse a ideia. De facto, depois da sua entusiasta descrição da Europa no período romano – um tema que retomaria frequentemente nos seus discursos após 1945 – chega, enfim, o cerne do texto: os grandiosos “Estados Unidos da Europa”, [expressão] que Churchill dá a entender que significa “Estados Unidos da Europa Continental”. Perto do termo da sua longa dissertação, menciona, finalmente,

“a estrutura peculiar e a distribuição do Império Britânico ou da *Commonwealth*”. A peculiaridade é evidenciada poucas linhas abaixo:

Não somos de único continente, mas de todos. Não somos de um hemisfério, mas de ambos; somos tanto do Novo Mundo como do Velho. O Império Britânico é uma potência dominante na Europa. É uma grande potência americana em crescimento. É a potência da Australásia. É uma das maiores potências da Ásia. É a potência dominante em África.

Assim, ao afirmar que “é correcta a concepção de uns Estados Unidos da Europa”, quer dizer “correcta” para os continentais – mas não para nós, como fica claro pelo seu apelo:

Nada vemos senão bem e esperança numa vivência comum europeia mais rica, mais livre e mais satisfeita. Mas temos o nosso próprio sonho e a nossa própria missão. Estamos com a Europa, mas não somos da Europa. Estamos ligados, mas não circunscritos. Estamos interessados e unidos, mas não absorvidos.

É certo que durante toda a década de 30, Churchill viu a sua visão de uma Europa Continental unida em crescente retrocesso. Mas não terá desistido da sua ideia de uns Estados Unidos da Europa. A acreditar em Jock Colville, que esteve presente nas con-

versas entre Churchill e Harry Hopkins, o representante pessoal do presidente Roosevelt, em Janeiro de 1941, o Primeiro-Ministro disse ao emissário americano que “é necessário que existam uns Estados Unidos da Europa e considerava que deveriam ser construídos pelos britânicos”, pois “se os russos os construísem haveria comunismo e miséria” e se os alemães os construísem haveria tirania e violência”. É certo que, retrospectivamente, é possível questionarmo-nos acerca do que Churchill quis dizer com “deveriam ser construídos pelos britânicos”: a palavra “pelos” está aberta a todas as interpretações. Impostos aos continentais relutantes por um governo britânico que permanece do lado de fora? Ou coordenados pela Grã-Bretanha como o membro economicamente dominante?

Depois da guerra, Churchill não perdeu tempo até recuperar a ideia, ainda que, tal como em 1930, não estivesse no poder. Os seus críticos chegariam mesmo a afirmar que era precisamente *porque* já não estava no poder. Enquanto líder da Oposição de Sua Majestade, tinha na “Europa” um instrumento seguro contra o governo trabalhista agora em funções. O Ministro dos Negócios Estrangeiros era Ernest Bevin, um antigo líder sindical que, enquanto tal, tinha duas grandes objecções. Qualquer aproximação comercial à Europa continental envolveria, no mínimo, uma abertura parcial do mercado alimentar

aos seus produtos – caros comparativamente aos preços baixíssimos à escala mundial que a dona de casa britânica estava habituada a pagar. Também implicaria abrir o mercado de bens industriais britânico à mão-de-obra barata continental. Assim, o nível de vida da família britânica média da classe trabalhadora ficaria a perder de ambos os lados: uma pressão para aumento de preços alimentares e uma pressão para descida de salários na indústria. Bevin continuava a ser o mais firme opositor de qualquer participação no Movimento Europeu até ter tido de se reformar por motivos de saúde em Março de 1951 (morreu em Abril e Churchill regressou como Primeiro-Ministro em Outubro).

66

Segundo afirmou Jock Colville, seu fiel ajudante e amigo, em 1981, “havia uma contradição na visão de Churchill de unidade europeia.”



Assim, independentemente da sua maior ou menor sinceridade, Churchill teve, neste momento, uma extraordinária estratégia inicial. Conhecia muito bem o Movimento Pan-Europeu, como era chamado na década de 1920, anterior à guerra, e liderado por Aristide Briand (1826-1932) e pelo Conde Coudenhove-Kalergi (1894-1972), até ter sido mergulhado na tragédia Nazi. Eis uma forma de evitar cair no esquecimento mundial: Churchill seria o principal defensor britânico de uns Estados Unidos da Europa no pós-guerra. Há uma tendência para apresentar o discurso de Fulton, a 5 de Março de 1946, como a sua primeira incursão na política mundial do pós-guerra, mas no quadro dos desenvolvimentos futuros, com “Bruxelas” agora no centro do ódio anti-europeísta de Murdoch, é irónico que o seu primeiro passo tenha sido precisamente naquela capital, num discurso a uma assembleia conjunta do Senado e da Câmara [dos Representantes] da Bélgica, a 16 de Novembro de 1945. Depois de defender que “a tragédia da Europa choca a humanidade” e que “a civilização europeia tem de se erguer novamente do caos e da carnificina em que foi imersa”, depositou a sua esperança nas novas Nações Unidas, defendendo, por fim, que tal não era incompatível com associações regionais:

*Não vejo qualquer motivo por que, sob a protecção de uma organização Mundial, não devam emergir os Estados Unidos da Europa, que unificarão o Continente de forma nunca vista desde a queda do Império Romano, e no seio dos quais todos os seus povos possam viver juntos em prosperidade, em justiça e em paz.*³

Com isto, [a expressão] “Estados Unidos da Europa” apareceu pela primeira vez num discurso público de Churchill. Mas o que terá Churchill querido dizer com “unificarão o Continente”? O continente europeu geográfico, do qual as Ilhas Britânicas são apenas um apêndice? Ou o continente político, separado das Ilhas Britânicas com mentalidades britânicas? Churchill teve o cuidado de cultivar esta ambiguidade nos seis anos seguintes, até ter voltado a assumir funções

Quando Churchill utilizou praticamente o mesmo vocabulário seis meses mais tarde, em Maio de 1946, nos Estados-Gerais dos Países Baixos, em Haia, já era novamente uma personalidade mundial graças à agitação provocada pelo discurso de Fulton sobre a *Cortina de Ferro*. Mas aquele discurso em Haia⁴ esteve muito longe de ter um impacto



semelhante, tanto na Grã-Bretanha como no Continente. A “Europa” não estava ao nível da ameaça soviética aos olhos dos editores de jornais.

Na sua declaração pública seguinte sobre o tema, na Suíça, já teve o cuidado de avisar previamente a imprensa mundial, sugerindo que iria utilizar palavras significativas, na mesma linha da expressão “Cortina de Ferro”, em Fulton. Tinha sido convidado por um consórcio de homens de negócios ricos para discursar em Zurique, com a perspectiva de umas luxuosas férias no Lago de Genebra, que precederiam [o evento]. Churchill ficou naturalmente encantado. O discurso teve lugar na Universidade, a 19 de Setembro de 1946, com toda a sumptuosidade e costumes medievais que tanto apreciava.

Como em Bruxelas, começou por falar da “tragédia da Europa”, responsabilizando “as nações Teutónicas”. Depois vieram as palavras que já nos são familiares: “Temos de construir uma espécie de Estados Unidos da Europa”, com o igualmente familiar argumento de que tal não iria, de forma alguma, enfraquecer as Nações Unidas: “Já existe um agrupamento natural no hemisfério ocidental. Nós, os britânicos, temos a nossa própria *Commonwealth*”. Até aqui, a mais de meio do discurso, a maioria dos jornalistas deve ter-se questionado porque é que Churchill dera tanta importância a isto. A resposta veio com o impressionante anúncio: “Vou agora dizer



O primeiro passo para a reedificação da família europeia tem de ser uma parceria entre França e a Alemanha

algo que vos vai surpreender.” E chegou, por fim, o momento alto: “O primeiro passo para a reedificação da família europeia tem de ser uma parceria entre França e a Alemanha”⁵⁵. Ora, é difícil para nós hoje recordar a atmosfera de 1946, o quadro mental das populações da Europa e dos seus líderes políticos. Em França, por exemplo, houve protestos imediatos, liderados pelos gaullistas, à Direita, e pelos comunistas, na Extrema-Esquerda, por motivos totalmente diferentes que não cabem no âmbito do nosso tema. E, no entanto, os moderados da Direita e da Esquerda foram seduzidos – homens como Léon Blum (1872-1950) ou Robert Schuman (1886-1963). Na Bélgica, Paul-Henri Spaak (1899-1972), que viria a manter-se no centro da política

europeia por muitos anos, aplaudiu. O Conde Coudenhove-Kalergi enviou um telegrama a congratular Churchill.

Churchill recusara a presidência do Grupo Britânico Pan-Europeu (*British Pan-European Group*), para a qual tinha sido convidado por Coudenhove-Kalergi em Fevereiro de 1938; e tinha novamente recusado presidir ao Movimento Pan-Europeu em Janeiro de 1946, mas tal não desencorajou o Conde, que considerava que, agora que Churchill tinha forçado de tal forma a inserção da questão Europeia na ordem do dia, os demais líderes políticos já não a poderiam evitar. E, de facto, o discurso de Zurique de Churchill é ainda hoje frequentemente considerado o factor crucial no lançamento do movimento que haveria de conduzir à actual União Europeia.

Mas, se é indiscutível o papel desempenhado por Churchill [no esforço de] estimular as energias de todos os políticos europeus que acreditavam numa Europa Unida, sem dúvida que o problema da sua própria participação continua a ser difícil. Ao longo de todo o ano de 1947, estes políticos europeus estiveram ocupados com a organização da conferência de fundação do movimento, que veio a ter lugar em Haia de 7 a 10 de Maio de 1948. Na Grã-Bretanha, foi fundado, em Janeiro de 1947, um grupo de pressão pró-europeu com o complicado nome *Movimento Britânico da Europa Unida* (*British United Europe Movement*). Independentemente de se foi ou não de forma deliberada, as palavras eram, uma vez mais, ambíguas e confusas. *Movimento Britânico da Europa Unida* não significava, de facto, um movimento favorável à participação da Grã-Bretanha numa Europa Unida, mas que defendia o apoio britânico à criação de uma Europa Unida da qual esta não seria um membro.

Churchill deixou-o claro no final do seu discurso de Zurique, no qual “a Grã-Bretanha e a *Commonwealth* seriam apenas “os amigos e patrocinadores da Europa Unida”⁵⁶. Não há qualquer dúvida de que havia uma espécie de esperança vã entre os pró-europeus naqueles anos – estamos a falar de 1946, 1947, 1948. Paul-Henri Spaak haveria de escrever, mais tarde, nas suas memórias, que a ambivalência do discurso de Churchill satisfaz todos e ninguém ousou perguntar-lhe o que é que ele tinha concretamente em mente. A ambiguidade foi reforçada quando Churchill aceitou presidir ao Congresso da Europa, como era solenemente designado, em Haia, a 7 de Maio de 1948. Porquê? Porque no

seu discurso de abertura ele já não usou a frase “Estados Unidos da Europa” – e, mais ainda, tendo enfatizado a urgência de agir em 1946, em Zurique, Churchill prevenia agora em relação a “precipitações indevidas”. Também recordou a sua audiência de que “Nós, na Grã-Bretanha, temos de caminhar em harmonia com os nossos grandes parceiros na *Commonwealth*”⁷⁷ – e era óbvio para todos que eles queriam manter o seu acesso privilegiado ao mercado britânico, ainda chamado *Preferência Imperial* por Churchill, em 1948, que podiam perder se a Grã-Bretanha aderisse a uma Europa Unida.

Seis meses depois, na Conferência Anual do Partido Conservador, que teve lugar em Llandudno, no País de Gales, de 7 a 10 de Outubro de 1948, Churchill proferiu aquele que ainda é frequentemente considerado o discurso basilar da política externa britânica, onde estão explicadas todas as hesitações dos governos sucessivos desde meados do século XX. Nesse *Discurso de Llandudno*, como é actualmente conhecido, Churchill explicou de forma inequívoca a sua visão do papel e da posição da Grã-Bretanha no mundo. Sendo temas muito sensíveis, é necessário ter o cuidado de citar exactamente as suas palavras:

Ao olhar para o futuro do nosso país no quadro do destino humano em mudança, sinto a existência de três grandes círculos entre as nações livres e as democracias [...].

O primeiro círculo para nós corresponde, naturalmente, à Commonwealth e ao Império britânicos, com tudo o que isso abrange. Depois há também o mundo de língua inglesa em que nós, o Canadá e demais domínios britânicos e os Estados Unidos desempenhamos um papel de enorme importância. E por fim há a Europa Unida. Estes três sublimes círculos coexistem e, se estiverem unidos, não há força ou conjunto [de forças] que os possa derrubar ou sequer fazer-lhes frente. Ora, se pensarem nos três círculos ligados entre si, verão que somos o único país com uma posição de relevo em cada um deles. Estamos, de facto, precisamente no ponto de intercepção [entre eles] e aqui nesta Ilha, no centro dos mares e talvez também dos caminhos aéreos, temos a oportunidade de os fazer convergir todos.”⁷⁸

Ora, repare-se que a Europa Unida é apenas um destes círculos que se cruzam em Londres – e o último na sua lista. E ainda que apenas o saibamos por intermédio do General De Gaulle (1890-1970), Churchill disse-lhe, na véspera dos desembarques na Normandia em Junho de 1944 – apenas três anos antes de Llandudno e dos seus três círculos – que se tivesse de escolher entre Europa e o alto

mar, ou seja, os interesses britânicos imperialistas além-mar e os contactos americanos (a sua Relação Especial idealizada), Churchill escolheria sempre o alto mar⁹. Por isso, os três círculos tinham claramente importâncias distintas “para o futuro deste país” aos seus olhos no final da década de 40, ficando a Europa relegada a um mero terceiro lugar.

E, no entanto, a ilusão continuou. No seguimento do grande sucesso entre os representantes da Europa Continental no Congresso de Haia, foi assinado em Londres, a 5 de Maio de 1949, o tratado que fundou o Conselho da Europa. A sede do Conselho seria em Estrasburgo, e aí teve lugar a primeira assembleia em Agosto. A Grã-Bretanha enviou duas delegações: uma liderada por um membro do Governo Trabalhista; e outra por Churchill, em nome da Oposição. Temos o testemunho de Harold Macmillan (1894-1986), futuro Primeiro-Ministro Conservador, que acompanhou Churchill – e afirma nos seus *Diários* que Churchill estava mais preocupado com cultivar a sua imagem como estadista mundial em serões de recepções extravagantes do que com os debates da assembleia, certificando-se de que não se comprometia de forma imprudente, ao mesmo tempo que aparecia como amigo da integração europeia¹⁰.

A última declaração de Churchill na década de 40 sobre o tema veio em Novembro de 1949, no âmbito de um encontro do *Movimento Britânico da Europa Unida* (*British United Europe Movement*), em Londres. Também aqui, cada palavra tem o seu significado, pelo que é necessário citá-lo textualmente:

O Ministro dos Negócios Estrangeiros francês, M. Schuman, afirmou esta semana, no Parlamento francês, que ‘Sem o Reino

Unido, não pode haver Europa’. Isto é absolutamente verdadeiro. Mas os nossos amigos no Continente não precisam de ter qualquer receio. O Reino Unido é parte integrante da Europa, e temos intenção cumprir o nosso papel na restauração da sua prosperidade e grandiosidade.

Até aqui tudo corria bem do ponto de vista dos “nossos amigos no Continente”. No entanto, a frase seguinte frustrou as suas esperanças:

Mas não se pode pensar no Reino Unido como um único Estado isolado. Trata-se do fundador e do centro de um Império e uma Commonwealth à escala mundial.

E adiante: *O governo britânico* [ou seja, o Governo Trabalhista, no poder em 1949] *afirmou correctamente que não pode comprometer este país a uma adesão a qualquer União Europeia sem o consentimento dos outros membros da Commonwealth britânica. Todos concordamos com essa declaração.*¹¹

Ora, todo o tipo de palavras e expressões ocorre antes do que deve de facto ser chamado má-fé do líder da Oposição a respeito da Integração Europeia nos últimos meses da década de 1940: ambivalência, silogismo, estratégia dilatória, beco sem saída, e, porventura mais repreensível, desprezo pela inteligência do povo. Tal não haveria de durar.

Os anos de 1950 e 1951 foram predominantemente de campanha. As eleições legislativas de 1950 foram ganhas, por uma margem estreita, pelo Partido Trabalhista e a de 1951 foi ganha, [também] por uma margem estreita, pelo Partido Conservador liderado por Churchill, que passou a ser novamente Primeiro-Ministro. Durante as duas campanhas eleitorais, Churchill tinha baseado o seu apoio à “Europa” no regresso



das nações do Leste – de novo uma condição claramente irrealista. Mas quando regressou a *Downing Street*, Churchill deixou claro, e de forma bastante enfática, que:

Primeiro: a Grã-Bretanha não aderiria à futura Comunidade Europeia do Carvão e do Aço.

Segundo: a Grã-Bretanha não aderiria à futura Comunidade Europeia de Defesa.

Terceiro: a Grã-Bretanha não aderiria a qualquer forma de União ou Federação Europeia – sendo este último o termo preferido na época.

Num notável memorando enviado ao conselho de ministros um mês após a sua vitória eleitoral, a 29 de Novembro de 1951, intitulado “Europa Unida”, que, obviamente, permaneceu em segredo, Churchill escreveu:

Nunca pensei que a Grã-Bretanha [...] devesse vir a ser parte integrante de uma Federação Europeia e nunca apoiei minimamente a ideia.

Tal parece, de facto, acabar de vez com a ambiguidade que envolveu as suas declarações públicas sobre a “Europa” no final da década de 1940 – e as frases que se seguiram puseram mesmo termo a quaisquer esperanças de que Churchill, o novo Primeiro-Ministro, seria um “europeu” entusiasta:

A nossa atitude relativamente a futuros desenvolvimentos económicos à maneira de Schuman assemelha-se àquela que adoptamos a respeito do Exército Europeu. Ajudamos, dedicamo-nos, desempenhamos um papel; mas não nos misturamos e não abandonamos o nosso carácter insular ou da Commonwealth. O nosso primeiro objectivo é a unidade e a consolidação da Commonwealth britânica. [...]

O nosso segundo [objectivo] é a ‘associação fraterna’ do mundo de língua inglesa; e o terceiro é a Europa Unida, de que somos um aliado e um amigo – separado, mas com relações especiais muito estreitas. [...]

Só não podemos fazer parte dos planos para unir a Europa quando estes adquirirem a forma federal, porque não podemos subordinar-nos a nós mesmos ou o controlo da política britânica a autoridades federais.¹²

Na verdade, o último aspecto tinha ficado absolutamente claro a 27 de Junho de 1950, quando Churchill justificou a sua recusa em aderir à Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, durante um debate na Câmara dos Comuns, em que simulava uma hipotética resposta a Sir Stafford Cripps (1889-1952), o Ministro das Finanças [do governo] Trabalhista:

Se ele me perguntasse: ‘Apoiaras a existência de uma autoridade supranacional com poder para dizer à Grã-Bretanha para não

cortar mais carvão ou para não produzir mais aço, e plantar antes tomates?’ eu diria, sem hesitar, que a resposta é Não. Mas porque não estar lá para responder? Nada é dito a respeito do método de voto. Nada sabemos sobre o método pelo qual o poder de votar será distribuído pelos diferentes membros de qualquer autoridade supranacional que possa ser estabelecida. Mas não há dúvida de que não devíamos aceitar tornarmo-nos membros dela – e que devíamos ter todo o direito de discordar – se a nossa grande preponderância na produção de carvão e de aço não fosse inteiramente reconhecida.¹³

Claro que este pedido especial da Grã-Bretanha enquanto maior produtor de carvão e de aço na Europa em 1950 era apenas



Num notável memorando Churchill escreveu: Nunca pensei que a Grã-Bretanha [...] devesse vir a ser parte integrante de uma Federação Europeia e nunca apoiei minimamente a ideia

o primeiro elemento de uma extensa lista de cláusulas de isenção (opt-out clauses), exigidas durante todo o período de relações da Grã-Bretanha com os seus parceiros do Continente, primeiro durante as negociações para a admissão no decurso das suas três candidaturas de adesão à CEE, e depois durante o período em que era, de facto, membro. É interessante constatar que o próprio Churchill aderiu a esta política logo em 1950.

Vimos que, enquanto líder da Oposição no final da década de 1940, Churchill denunciou a tibieza da abordagem do Governo trabalhista à União Europeia – mas agora Attlee (1883-1967), o antigo Primeiro-Ministro trabalhista e novo líder da Oposição ao Governo de Churchill, vingou-se, em Novembro de 1952, aproveitando os tradicionais debates na Câmara dos

Comuns que se seguem ao *Discurso do Trono (Speech from the Throne)*, onde se explicava claramente a acção governativa que se seguiria e a legislação proposta. Attlee prontamente realçou a viragem e inconsistência de Churchill, que o fez troçar da constante recusa de qualquer forma de integração europeia pelo Partido Trabalhista:

Destaco a passagem sobre a unidade da Europa. Folgo em ver que o Governo acabou por seguir o mesmo caminho do Governo Trabalhista. Houve uma altura em que parecia que o Primeiro-Ministro seria, por assim dizer, comandante [líder, capitão] do barco europeu, mas está agora meramente a apresentar algumas sugestões úteis a partir do caminho na margem. Neste tema, costumávamos ser acusados de procrastinar, mas a proposta apresentada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros está muito em sintonia com a posição que temos sempre assumido na questão da unidade europeia; isto é, que estamos dispostos a dar-lhe todo o apoio que pudermos, mas não podemos ser apenas uma potência europeia.¹⁴

Como se sabe, Churchill dedicou todo o seu tempo e energia restantes a tentar recordar o ambiente da Guerra, organizando uma cimeira dos Três Grandes (Big Three) como nos bons velhos tempos de 1941-1945, desta feita para proteger a terra da guerra nuclear. Claro que os líderes europeus não tinham lugar nesta ordem mais vasta. Os outros dois não estavam interessados e Churchill acaba por se demitir em Abril de 1955. As minutas do seu último conselho de ministros contêm conselhos que deu aos seus ministros reunidos em assembleia para conclusão (no estilo indirecto de acordo com as normas):

O Primeiro-Ministro disse que lhe restava desejar aos seus colegas toda a sorte na situação difícil, mas promissora, que tinham de enfrentar. Acreditava que eles seriam capazes de levar mais longe o progresso já alcançado na reconstrução da estabilidade interna e do poder económico do Reino Unido e em entrelaçarem ainda mais afincadamente as linhas que unem os países da Commonwealth ou, como ele ainda preferia chamar-lhe, do Império.¹⁵

Aqui estava de novo o imperialista impenitente – o defensor do Primeiro Círculo. O Segundo Círculo não foi esquecido, pois, após uma reunião com dois membros do governo de departamentos não ministeriais, disse-lhes: “Nunca se separem dos americanos¹⁶”. Mas nada disse do Terceiro Círculo naquele dia capital em que deixou de vez o cargo.



Claramente não se tratou de um lapso. Todavia, nos últimos dez anos da sua vida – morreu em 1965 – esteve sempre pouco à vontade quando se mencionava a questão da “Europa”. Sabemo-lo graças a Anthony Montague Browne (1923-2013), um alto funcionário do Estado, destacado do serviço público para ser assistente permanente de Churchill, após este se ter reformado. Tinham longas conversas em que Churchill recordava o passado e lhe dava a sua opinião sobre um vasto leque de assuntos. Para Montague Browne, Churchill mentia a si próprio quando afirmava que tinha sido favorável à Integração Europeia em 1951-1955 mas vira a sua acção frustrada pois sabia que o Partido Conservador e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Anthony Eden (1897-1977) se lhe opunham. Montague Browne conheceu Churchill melhor do que ninguém, e sabia perfeitamente que Churchill fora sempre capaz, em última análise, de impor a sua vontade quando estava decidido a fazer algo. Sabia que que a ideia de que *se há vontade, tudo é possível* se aplicava a Churchill mais do que a qualquer outra pessoa.

Por isso, Montague Browne ficou extremamente desconfortável em Julho de 1962 quando lhe competiu a si enviar um comunicado assinado por Churchill – uma vez que a senilidade de Churchill já o impedia de exprimir pensamentos claros – para pôr termo a um episódio grave relacionado com a Integração Europeia.

Churchill estava no hospital, tendo partido a anca, e o seu amigo de longa data Field-Marshal Montgomery (1887-1976) fora visitá-lo. O Primeiro-Ministro britânico, Macmillan, estava, na altura, a apresentar

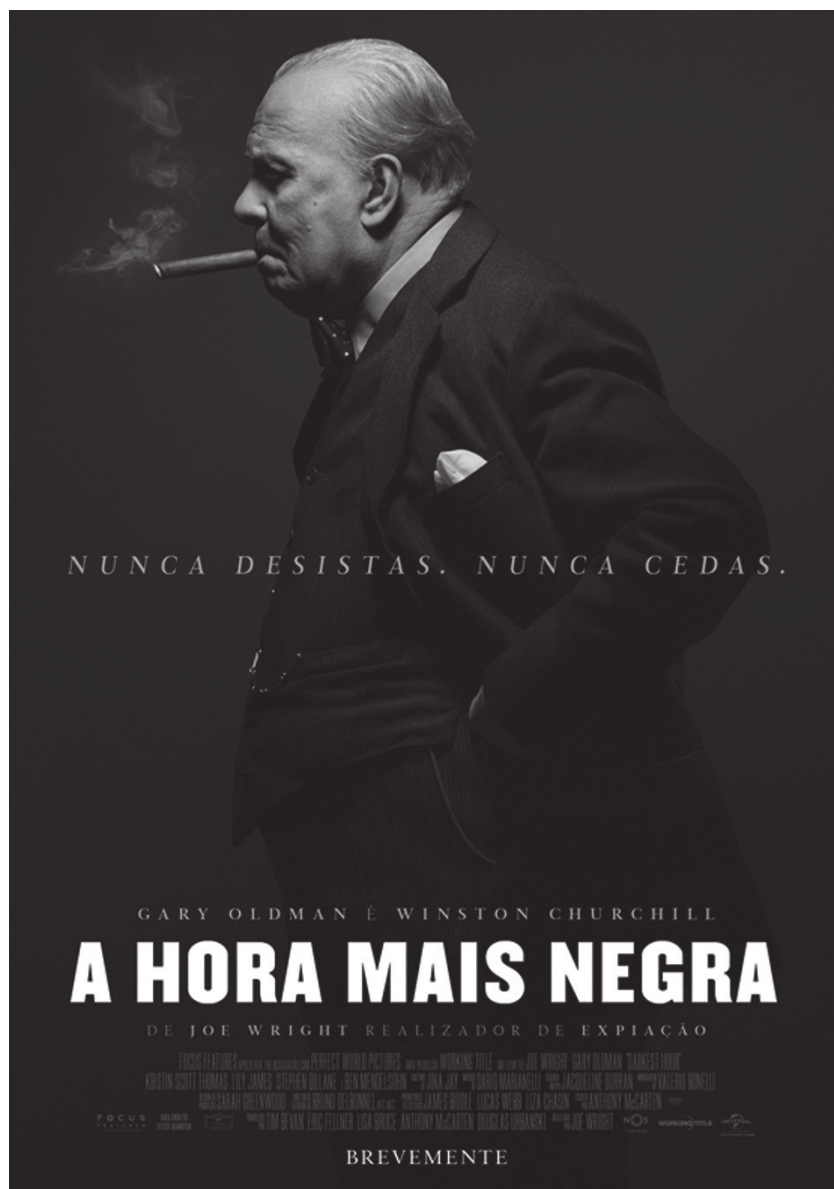
a candidatura do Reino Unido à adesão ao Mercado Comum, para usar a expressão convencional da época, e Montgomery disse aos jornalistas que esperavam notícias de Churchill que ele estava muito bem e que lhe tinha dito que se opunha bastante a essa candidatura. Montague Browne conta como se serviu de uma declaração mais antiga e não publicada de Churchill, que reproduz no seu livro, na tentativa de atenuar o dano causado pelas palavras de Montgomery. Mas também afirma que Montgomery tinha, em parte, razão:

*Creio que de alguma forma – muito incoerente, mas profundamente sentida –, os últimos pensamentos de Churchill regressaram, com nostalgia, aos nossos tempos gloriosos e à sua própria origem Anglo-americana.*¹⁷

Por outras palavras as suas principais preocupações continuaram a ser, até ao fim, a glória imperial e a “Relação Especial” – não a “Europa”. “Manter a distância” (*Keeping aloof*) é uma expressão frequentemente utilizada a propósito da atitude da Grã-Bretanha relativamente à Integração Europeia – e, de facto, descreve bastante bem a posição de Churchill após o seu aparente entusiasmo na década de 1940. ■

NOTAS

- 1 Colville, (Sir) John. *The Churchillians*. London : Weidenfeld & Nicolson, 1981, p. 208.
- 2 Colville, (Sir) John. *The Fringes of Power : Downing Street Diaries, 1939–1955*. London : Hodder & Stoughton, 1985 (Edição alargada em dois volumes. Sevenoaks : Sceptre, 1987. Volume I, p. 396)
- 3 Churchill, Winston (Churchill, Randolph [Editor]). *The Sinews of Peace : Post-War Speeches*. London : Cassell, 1948, p. 42, p. 44.
- 4 Reeditado em *The Sinews of Peace*, pp. 128–134.
- 5 *The Sinews of Peace*, p. 198, p. 201.
- 6 *The Sinews of Peace*, p. 202.
- 7 Churchill, Winston. (-Churchill, Randolph [Editor]) *Europe Unite : Speeches 1947 and 1948*. London : Cassell, 1948, p. 316.
- 8 Churchill, Winston (Churchill, Randolph [Editor]). *Europe Unite : Speeches 1947 and 1948*. London : Cassell, 1948, pp. 417–418.
- 9 « Sachez-le ! Chaque fois qu'il nous faudra choisir entre l'Europe et le grand large, nous choisirons le grand large ! Chaque fois qu'il me faudra choisir entre Roosevelt et vous, je choisirai Roosevelt ! ». De Gaulle, Charles. *Mémoires de guerre*, vol. II : *L'Unité*. Paris : Plon, 1956, p. 224.
- 10 Macmillan, Harold. *Diaries : Tides of Fortune, 1945–1955*. London : Macmillan, 1969, p. 174.
- 11 Churchill, Winston (Churchill, Randolph [Editor]). *In the Balance : Speeches 1949 and 1950*. London : Cassell, 1951, p. 151.
- 12 Public Record Office, London. CAB 121/38, C(51)32.
- 13 House of Commons Debates, 27 June 1950, vol. 476, col. 2147.
- 14 House of Commons Debates, 4 November 1952, vol. 507, col. 15.
- 15 Public Record Office, London. CAB 128/28 (Cabinet Conclusions, 'Secret', 5 April 1955).
- 16 Memórias obtidas em 1987 por Martin Gilbert (Winston S. Churchill, vol. VIII, 'Never Despair'. London: Heinemann, p. 1123).
- 17 Browne, Anthony Montague. *Long Sunset : Memoirs of Winston Churchill's Last Private Secretary*. Introdução de The Lady Soames. London : Cassell, 1995 (reimpressão Indigo, 1995, p. 276).



Dois Livros, Dois Destinos

Dois livros recentes revelam dois destinos possíveis para o Ocidente: o tédio e a submissão, por um lado; a honra e a resistência, por outro. A escolha cabe a cada um de nós.



POR
João Carlos Espada

Director do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa. Director de *Nova Cidadania*

Dois livros recentemente traduzidos entre nós merecem atenta reflexão. Eles exprimem dois entendimentos opostos, mas claramente coexistentes entre nós, da civilização ocidental e dos deveres opostos que esses entendimentos implicam. É difícil exagerar a importância do que está em causa.

O primeiro livro é a edição portuguesa de *Submissão*, do francês Michel Houellebecq. É um livro certamente corajoso (e muito bem traduzido), que retrata duramente a imaginária futura rendição da França (e, com ela, da Europa) ao fundamentalismo islâmico. O mais incrível, à primeira vista, é que essa rendição será efectuada por via eleitoral: todos os partidos ‘respeitáveis’ (do centro-direita à extrema-esquerda) decidem apoiar um candidato islâmico para derrotar a candidatura da Frente Nacional. No fim da história, a França docemente aceita a islamização — a começar pela Universidade de Paris-Sorbonne, onde o narrador lecciona.

Mas isto é apenas o mais incrível, à primeira vista. O que é tão, ou ainda mais, incrível é o retrato que o autor descreve da França antes da conversão ao islamismo. A França ‘burguesa’ que o autor retrata é uma terra de tédio, de ausência de sentido, em que as únicas fontes de gratificação residem na gastronomia e no sexo avulso. É essa (imaginária) França sem sentido mais fundo, essa França à deriva, que o autor descreve como vítima voluntária da *Submissão*.

Uma visão estimulantemente oposta do Ocidente ‘burguês’ é oferecida por um outro livro: *A Hora Mais Negra: Como Churchill Salvou a Inglaterra*, de Anthony McCarten. (O filme será estreado entre nós na próxima quinta-feira, 11 de Janeiro). Numa primeira leitura, o autor recorda a epopeia de Winston Churchill para salvar a Inglaterra e o Ocidente da pestilência



66

Este Ocidente de Churchill não é definido por tédio e niilismo. Também (talvez por isso mesmo) não é definido por abstrações racionalistas sobre 'espírito republicano' ou 'laicismo'. É definido, ou melhor é expresso, por uma tradição de modos de vida livres e pacíficos que não foram centralmente desenhados por ninguém

nazi. Numa segunda leitura — sobretudo comparada com o tédio vazio do Ocidente descrito por Michel Houellebecq — o autor recorda-nos a elevação do Ocidente que Churchill soube defender.

Este Ocidente de Churchill não é definido por tédio e niilismo. Também (talvez por isso mesmo) não é definido por abstrações racionalistas sobre 'espírito republicano' ou 'laicismo'. É definido, ou melhor é expresso, por uma tradição de modos de vida livres e pacíficos que não foram centralmente desenhados por ninguém — modos de vida que simplesmente têm sido usufruídos por pessoas livres e transmitidos espontaneamente de geração em geração. Nestes modos de vida, as pessoas sentem-se 'em casa'. E, para defender a sua casa, as pessoas sabem (ou aprenderam a saber, ao longo de séculos) que têm de defender um regime político fundado num governo limitado pela lei, que presta contas ao Parlamento nacional.

Não se trata de uma inovação moderna, muito menos pós-moderna. Remonta pelo menos à (cristã) Magna Carta de 1215. E foi

expressa com rara beleza pelo Primeiro-Ministro William Pitt, no Parlamento britânico, em 1763 (antes da revolução americana de 1776 e da infeliz revolução francesa de 1789):

"The poorest man may in his cottage bid defiance to all the force of the Crown. [The cottage] may be frail; its roof may shake; the wind may blow through it; the storms may enter, the rain may enter — but the King of England cannot enter; all his forces dare not cross the threshold of the ruined tenement!"

Por este (aparentemente) prosaico motivo — porque a defesa da liberdade ocidental significa defender a 'nossa casa sob a lei' — Churchill foi capaz de mobilizar a língua inglesa para a guerra (como disse mais tarde o Presidente Kennedy) contra a pestilência nazi e, depois, para a guerra fria contra a pestilência bolchevique.

A escolha entre o tédio e a submissão, por um lado, e a honra e a resistência, por outro, está hoje de novo entre nós.

Vamos aceitar calados a escandalosa repressão do brutal regime teocrático iraniano sobre o seu próprio povo — que está a ocorrer sob os nossos olhos? Vamos aceitar calados a premeditada infiltração dos comunistas

chineses nas nossas economias abertas — que está também a ocorrer flagrantemente sob os nossos olhos, como documenta a edição de 16 de Dezembro da revista *The Economist*? Vamos confundir as legítimas críticas ao Presidente Trump com o ataque à grande democracia americana e à crucial aliança atlântica? Vamos preferir calar as ameaças do fundamentalismo islâmico e da China comunista com discussões intermináveis sobre o 'brexit' e outras conversas vazias sobre 'direitos dos transgénero', a 'correcta dieta alimentar', ou o chamado 'multiculturalismo' e a culpa do 'imperialismo ocidental'?

Os dois livros que citei revelam dois destinos possíveis para o Ocidente: o tédio e a submissão, por um lado; a honra e a resistência, por outro. A escolha cabe a cada um de nós.

PS: *Um ano após a morte de Mário Soares*, devemos voltar a prestar homenagem à sua dedicação à causa da liberdade e ao seu horror às ditaduras — de qualquer cor. ■

Texto originalmente publicado no jornal Observador, a 8 de Janeiro de 2018.

